



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO ESPECIAL Nº 1838554 - MG (2019/0277087-4)

**RELATOR** : MINISTRO RIBEIRO DANTAS  
**RECORRENTE** : FILIPE DE OLIVEIRA PAIVA LIMA  
**ADVOGADOS** : CANTINILA BEZERRA DE CARVALHO - MG076602  
LEANDRO AUGUSTO DOS SANTOS COSTA - MG110451  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
**CORRÉU** : MARCOS JOSE DE FREITAS QUINTINO  
**CORRÉU** : MAXWELL PEREIRA FLORENCIO  
**CORRÉU** : ROBSON ALVES DA SILVA

### DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por **FILIPE DE OLIVEIRA PAIVA LIMA**, com fundamento no art. 105, III, "a", do permissivo constitucional, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, assim ementado:

"APELAÇÕES CRIMINAIS. ROUBO DUPLAMENTE MAJORADO, POR DUAS VEZES. RECONHECIMENTO DE CRIME ÚNICO. INVIABILIDADE. VÍTIMAS E PATRIMÔNIOS DISTINTOS. ABSOLVIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. AUTORIA E MATERIALIDADE DEVIDAMENTE COMPROVADAS. CONDENAÇÕES MANTIDAS. REDUÇÃO DA PENA. NECESSIDADE. RECURSOS CONHECIDOS E PARCIALMENTE PROVIDOS.

- Considerando que, mediante uma ação, os agentes atingiram pessoas e patrimônios distintos, não há falar em crime único, devendo ser mantido o reconhecimento da hipótese de concurso formal prevista no art. 70, O caput, do Código Penal.

- Se os elementos de convicção colhidos durante a persecução criminal demonstram a materialidade e a autoria dos crimes, a manutenção da condenação é medida que se impõe.

- Fixadas as penas de modo desproporcional, impõe-se a redução." (e-STJ, fl. 956).

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ, fl. 995).

A defesa reitera a negativa de vigência ao art. 619 do CPP, alegando, em síntese, que "apesar do enfrentamento da matéria, o v. acórdão realizou uma apuração errônea do contexto fático-probatório dos autos" (e-STJ, fl. 1007).

Caso assim não se entenda, pretende seja reconhecida a violação aos arts. 563 e 564, IV, do CPP, uma vez que "toda a prova colhida no procedimento criminal que imputa a suposta conduta criminosa ao recorrente é originária das conversas privadas extraídas das redes sociais, sem prévia autorização judicial", "inclusive, a prisão preventiva do autor só foi possível após acesso dos policiais ao celular do "Bruno" e a extração de conversas realizadas nas redes sociais e WhatsApp" (e-STJ, fl. 1009).

Afirma que "as interceptações telefônicas que serviram para justificar a condenação do Recorrente, não teriam sido viáveis, sem a referida conduta abusiva da autoridade policial" (e-STJ, fl. 1012).

Requer, assim, "o recebimento e acolhimento do presente Recurso Especial para, abrigando-se na tese de violação do artigo 619 do CPP, seja reconhecida a omissão do v. acórdão combatido, e superada, seja reconhecida a nulidade das provas produzidas a partir da extração de dados das redes sociais, WhatsApp, e as produzidas a partir dessas informações, por violação aos artigos 563 e 564, IV, todos do CPP" (e-STJ, fl. 1013).

Foram apresentadas as contrarrazões (e-STJ, fl. 1018-1020).

Admitido o recurso (e-STJ, fls. 1022-1025), subiram os autos a este Superior Tribunal de Justiça.

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo não provimento do recurso (e-STJ, fls. 1036-1045).

**É o relatório.**

Decido.

A pretensão recursal não merece acolhimento.

Consoante se verifica dos autos, o acusado foi condenado pela prática do crime previsto no artigo 157, §2º, I e II, do Código Penal, inicialmente, a 9 anos, 9 meses, 18 dias de reclusão e 29 dias multa, e após a apelação, 8 anos, 11 meses, 24 dias de reclusão e pagamento de 22 dias-multa.

Inicialmente, não se verifica a ocorrência da suscitada omissão do aresto impugnado.

Com efeito, o Tribunal de origem, por ocasião do julgamento dos embargos de declaração, esclareceu expressamente que a condenação do réu se deu em decorrência de interceptações telefônicas previamente autorizadas pelo Juízo.

A propósito, confira-se o seguinte excerto extraído do acórdão impugnado:

"Pretende a defesa sejam declaradas nulas as interceptações telefônicas que serviram de fundamentação para a condenação do embargante.

Contudo, razão não lhe assiste.

Examinando os autos e, especialmente, os apensos, verifico que as investigações se iniciaram a partir de um "trote telefônico" direcionado à Polícia Militar de Alterosa, por meio do qual houve uma comunicação falsa de crime supostamente ocorrido na zona rural do município.

**Em 20 de maio de 2016, a autoridade policial representou pela interceptação das comunicações telefônicas e quebra de sigilo e dos dados cadastrais do número 35 98893-1173, registrado na bina do telefone do 190, número este registrado em nome do corréu Marcos José.**

O procedimento foi devidamente autorizado pelo juízo *a quo* e, posteriormente, foi requerida e deferida a ampliação da interceptação com base em números de telefones que mantiveram contato com o responsável pelo acionamento fraudulento da Polícia Militar no dia do roubo.

**Conforme Comunicação de fl. 65-66 do apenso 04, o embargante foi, inicialmente, apontado como suspeito do crime por ter, no dia 14 de junho de 2016, se utilizado de um dos números alvos das interceptações para se comunicar com o corréu Robson Alves.**

A partir disso é que foi autorizada nova ampliação do procedimento de interceptação telefônica e colhidos diálogos que serviram de base para a condenação, os quais foram, inclusive, transcritos no acórdão embargado.

**Somente no dia 13 de julho de 2016, ou seja, depois que foram autorizadas e realizadas algumas das interceptações telefônicas é que Filipe foi abordado na companhia de Bruno e este teve o seu Whatsapp analisado pela Polícia.**

Assim, ao contrário do alegado pela Defesa, não merece prosperar as alegações de que não havia qualquer indicio de autoria com relação a Filipe e que as interceptações telefônicas "são nulas porque o pedido de prisão temporária e, o de quebra de sigilo telefônico são lastreadas em conteúdo de conversas privadas extraídas das redes sociais, sem prévia autorização judicial.

Ora, apesar do pedido de prisão temporária do embargante ter sido aviado depois que a Polícia identificou algumas conversas realizadas por meio do Whatsapp de Bruno, as interceptações telefônicas já estavam em curso desde maio de 2016.

Portanto, não há falar em aplicação da "Teoria dos Frutos da Árvore Envenenada" e tampouco em violação aos arts. 5º da Constituição Federal e 564 do Código de Processo Penal, já que a obtenção do conteúdo de conversas e mensagens armazenadas no celular de Bruno é posterior à autorização das interceptações telefônicas ora combatidas." (e-STJ, fls. 997-998)

Conforme se verifica, o acórdão recorrido não padece do alegado vício, uma vez

que decidiu fundamentadamente a questão trazida à sua apreciação, não podendo ser considerado nulo somente porque contrário aos interesses do ora recorrente. Com efeito, as interceptações telefônicas que culminaram na prisão preventiva do réu, em 13 de julho de 2016, foram autorizadas pelo Poder Judiciário em datas anteriores.

Quanto ao mérito, cumpre observar que, diante da situação fática e cronológica delineada no aresto recorrido, a alteração do julgado a fim de reconhecer que "toda a prova colhida no procedimento criminal que imputa a suposta conduta criminosa ao recorrente é originária das conversas privadas extraídas das redes sociais, sem prévia autorização judicial", tal como pleiteado pela defesa, demandaria necessariamente o aprofundado reexame dos elementos fáticos e probatórios dos autos, o que não é possível nesta via especial, em razão do óbice previsto na Súmula 7/STJ.

Ante o exposto, com fundamento no artigo 255, § 4º, I, do Regimento Interno do STJ, **não conheço** do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

Ministro Ribeiro Dantas

Relator